



*Fundado no
Sesquicentenário da
Batalha do Seival*

O GAÚCHO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO
GRANDE DO SUL

Bicentenário de Sampaio

Ano 2010

Nº 90

O EXÉRCITO E A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

Brasília, “a Capital da Esperança”, é fruto do idealismo de pró-homens como José Bonifácio, que lhe sugeriu o nome, e da férrea determinação em construí-la, do presidente Juscelino Kubitschek.

Outros insígnias patriotas também muito contribuíram para que hoje, majestática, em excepcional região geoestratégica – o Planalto Central Brasileiro – se encontrasse Brasília, a “Cidade Monumento”, tombada pela ONU, em 1987, como “Patrimônio Cultural da Humanidade”.

É nosso intuito relembrar, de forma assaz breve, a saga de militares do Exército, precursores da mudança da capital brasileira, mencionando os seus respeitáveis nomes.

Impende lembrar, inicialmente, que o ilustre historiador Francisco Adolfo de Vargnhagen, Visconde de Porto Seguro, também tenente-coronel do Corpo de Engenheiros de nosso Exército Imperial, cujo nome consta dos “almanaks” da Força, desencadeou, no século passado, vigorosa campanha pela mudança da capital para o Planalto Central, área por ele percorrida, ficando célebre o ofício que enviou, em 1877, da Vila Formosa da Imperatriz (hoje, Formosa-GO), ao ministro da Agricultura, expondo as vantagens da dita mudança. Entretanto, a primeira medida efetiva visando à interiorização da capital da República, somente se concretizaria por força do texto da Constituição de 1891, em decorrência de uma emenda constitucional de autoria do tenente do Exército, Lauro Müller.

Em maio de 1892, foi criada uma comissão para explorar o Planalto Central, região prevista na citada Carta Magna de 1891, com vistas à localização do futuro Distrito Federal. Tal comissão foi chefiada pelo engenheiro belga, naturalizado brasileiro, diretor do Observatório Astronômico e major-honorário do Exército, Dr. Luiz Cruls, e procedeu à demarcação, durante nove meses, do que ficou conhecido como “quadrilátero Cruls”.

Em 1893, no governo do marechal Floriano Peixoto - o brasileiro mais entusiasta pela transferência da capital - foi formada nova comissão, sendo Cruls outra vez chamado para chefiá-la, com a incumbência de escolher, na região anteriormente demarcada, a definitiva área do futuro município neutro; os trabalhos, iniciados em 1894, foram interrompidos, por dificuldades financeiras, em 1897, quando do governo de Prudente de Morais.

Ressalte-se que quase todos os componentes das duas comissões eram militares ou servidores civis do Exército. Assim, o relacionamento com o Dr. Cruls era excelente, máxime porque ele fora 1º Tenente do Exército da Bélgica, era major-honorário de nosso Exército e lente da Escola Superior de Guerra (escola de formação de oficiais do Exército que não deve ser confundida com a atual ESG), tendo inclusive recebido, em 1895, a honorificência de Tenente-Coronel-Honorário do Exército Brasileiro. A Comissão Exploradora, de 1892, era basicamente militar, tanto que dezesseis dos seus vinte e dois membros eram oficiais do Exército ou funcionários do Ministério da Guerra, isso sem contar o contingente de apoio e segurança, também da Força. Entre os oficiais que serviram sob as

ordens de Cruls, merecem ser citados o major médico Dr. Pedro Gouvêa, o capitão Pedro Cordolino de Almeida e os tenentes Augusto Tasso Fragoso, Hastimphilo de Moura, Antônio Cavalcanti de Albuquerque e Alípio Gama.

Hoje, o Augusto nome de Luiz Cruls foi resgatado pelo Exército Brasileiro, que concedeu, em 1999, à 11ª Região Militar, sediada em Brasília, a denominação histórica de “Região Tenente-Coronel Luiz Cruls” e o respectivo estandarte histórico.

Na relembração da memória de Luiz Cruls, merecem ser transcritas as palavras do saudoso historiador militar general Hans Gerd Haltenburg, contidas em seu precioso arquivo: “Foi Soldado. Alma de Soldado, soube cumprir missões. Aprendeu a amar a nova Pátria. Aqui casou. Aqui deixou descendentes. Aqui repousa. Morreu pelo Brasil”...

Após a interrupção dos trabalhos da segunda Comissão Cruls, o assunto da mudança ficou esquecido. Isso se deveu, fundamentalmente, ao saneamento e à modernização do Rio de Janeiro e às concomitantes restaurações das fortalezas daquela cidade e reequipamento da Marinha, ocorridos no princípio do século, além da evolução tecnológica dos meios bélicos (mísseis, principalmente, de 1946 a 1960), o que invalidava, em parte, as estratégias de defesa da capital da República. Diga-se, por ilustração, que a Constituição de 1945 restabeleceu o artigo referente à mudança da Capital para o Planalto Central, eis que havia sido suprimido pela Constituição de 1937.

Somente em 1946, o assunto volta à baila, quando o presidente general Eurico Gaspar Dutra constituiu uma comissão de estudos para a localização da nova capital, cuja chefia coube ao general Djalma Poly Coelho. O relatório da comissão ficou pronto em agosto de 1948 (concluiu-se pela manutenção, com algumas modificações, do “quadrilátero Cruls” e foram demarcados cinco sítios, nominados por cores, tendo sido escolhido, posteriormente, o “Sítio Castanho”).

Em 1953, forma-se a Comissão de Localização da Nova Capital, presidida pelo general Aguinaldo Caiado de Castro, chefe da Casa Militar do presidente Vargas, que concretizou, integralmente, os objetivos previstos, coroando-os com um minucioso levantamento fotogramétrico dos cinco sítios escolhidos pela Comissão Poly Coelho.

Em 1955, convidado pelo presidente Café Filho, assume a presidência da mencionada comissão, o general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Ela foi responsável pela exata escolha do local, onde hoje, portentosa, se ergue Brasília. Em 1955, partem de Formosa (GO), em um comboio de seis jeeps, o general José Pessoa, o governador em exercício, Bernardo Sayão, o notável geopolítico marechal Mário Travassos e o capitão Dr. Ernesto Silva (saudoso “Pioneiro do Antes”, ajudante-de-ordens do general José Pessoa). A comitiva passa por Planaltina e chega, após 4 horas de viagem, à parte mais elevada do Sítio Castanho, atrás de onde hoje se encontra o “Memorial JK”, memorável ato histórico de presença que foi protagonizado por quatro insígnias brasileiros, três dos quais eram oficiais do Exército e que caracterizou a escolha e “posse” do precitado Sítio, para a construção de Brasília. Muito importante é dizer-se que, por solicitação do general José Pessoa, o então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, exarou um decreto declarando de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social, toda a área onde se sediaria o Distrito Federal. À tarde de 30 de abril de 1955, um sábado, reuniram-se o governador José Ludovico e o general José Pessoa para acerto de detalhes do decreto, linhas atrás referido, o qual foi assinado no dia seguinte, 1º de maio, com data de 30 de abril, causando grande surpresa, mas impedindo a especulação imobiliária que adviria, caso esse ato legal fosse do conhecimento da população. José Pessoa, acendrado patriota e idealista, assim antevia o radioso futuro do Planalto Central:

“O altiplano brasileiro sempre exerceu poderoso fascínio sobre os nossos primitivos habitantes, como se deu na era aurífera de São Paulo e Minas e não tenhamos dúvida de que o mesmo acontecerá, num futuro próximo, com aquele Planalto; será com sangue novo que lhe faremos o povoamento e grandeza”.

Por derradeiro, frise-se que quando se iniciou a construção da Capital Federal, em 1956, as primeiras moradias de Brasília, as dos candangos, foram as barracas verde-oliva do Exército, trazidas em enorme quantidade para o Planalto, por ordem pessoal do ministro da Guerra, general Henrique

Lott; outrossim, ele deu prioridade máxima à construção de quartéis, determinando a imediata criação/instalação da 6ª Companhia de Guardas, a primeira Organização Militar do Exército no Distrito Federal, porquanto era um ardoroso admirador do obstinado ânimo do presidente Juscelino, como nos ensina o emérito historiador, Dr. Jarbas Silva Marques. Aduza-se que os invulgares nomes de Floriano Peixoto, Tasso Fragoso, Eurico Dutra e José Pessoa são denominações históricas de Organizações Militares do Exército Brasileiro. Mais recentemente, outras denominações foram concedidas, para a 11ª Região Militar, de Brasília (DF), “Região Tenente-Coronel Luiz Cruls”; para a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Cristalina (GO), “Brigada Visconde de Porto Seguro” (que era o título nobiliárquico do tenente-coronel e historiador Francisco Adolfo de Varnhagen) e para o 11º Depósito de Suprimento, de Brasília (DF), “Depósito Marechal Mário Travassos”, Organizações aquarteladas no Planalto Central Brasileiro, cujos Patronos tanto contribuíram para a criação de Brasília.

Eis, em síntese, mesmo que imperfeita e incompleta, o que foi, através de várias épocas, a participação do Exército, pelo benemérito labor de alguns de seus abnegados integrantes, na mudança da capital do País, inaugurada em 21 de abril de 1960 e consolidada pelos primeiros governos da Revolução de 31 de março se 1964. De Varnhagen, ainda ao tempo do Império, a Lauro Müller e Floriano Peixoto (que efetivou as primeiras medidas para a transferência), passando por Cruls até o general Dutra (que retomou o ideário mudancista, após o “Estado Novo”) e deste a Poly Coelho, Caiado de Castro, José Pessoa, Mário Travassos, Ernesto Silva e Henrique Lott, muito foi feito pelo invicto e glorioso Exército Brasileiro, com vistas à materialização do sonho de interiorizar-se a capital do Brasil.

Eis por que os militares da Força Terrestre Brasileira, desde sempre, ufanam-se em pertencer à “mais lídima e representativa das instituições nacionais - o verdadeiro índice do povo brasileiro” -, no dizer do inesquecível sociólogo Gilberto Freyre.

Manoel Soriano Neto, Coronel Reformado do EB, de Infantaria e Estado-Maior, Historiador Militar.

CHICO PARAÍBA

-Tenente Ithamar! A Polícia do Exército americana veio aqui e prendeu o Chico Paraíba. Dizem que vai ser julgado pela corte marcial.

Quem falava era o sargento Arlindo, encarregado do alojamento de uma companhia do 11º Batalhão de Infantaria de Montanha (*), da FEB-Força Expedicionária Brasileira. Estavam próximos à cordilheira dos Apeninos, e era o inverno italiano, no começo de 1945. O Tenente Ithamar, com seu grupo de reconhecimento, estava chegando de uma missão noturna junto às linhas alemãs. Não tinham havido baixas, felizmente. Mas nem por isso o humor do tenente era dos melhores. Para a perigosa missão, em terreno desconhecido, e à noite, só contava com um guia italiano, em quem, aliás, não confiara muito, desde o início. Soldados em combate desenvolvem um sexto sentido, e o seu não falhara. O italiano era um covarde, que os abandonara na escuridão de uma encosta, em meios a restos de neve, quando uma sentinela alemã, percebendo os ruídos do grupo, rolara uma granada morro abaixo. Que felizmente não explodira muito perto. Escafedera-se o carcamano, e os brasileiros não mais haveriam de ouvir falar nele. Também pudera... Se o encontrassem depois daquilo, iriam moê-lo de pancada, no mínimo. O tenente, quando pensava nele, praguejava entre dentes. Sem orientação, tivera que arriscar uma retirada que só era segura morro abaixo. No sopé, sem direção, poderia cair numa trincheira inimiga e seria um desastre. O jeito fora esperar o início da manhã e se guiar, mal e mal, pela bússola. Foi o que fez, e conseguiram retornar, embora os alemães, como todos os combatentes veteranos, tendo desenvolvido uma visão mais acurada, os tivessem percebido, e enviado algumas rajadas de metralhadora, quando se deslocavam. Mas nessa altura já estavam fora de alcance. Era, pois, um tenente Ithamar tenso, sujo, com frio, fome e cansaço quem recebia a má notícia.

- O que o Chico fez para ser preso?

- Disse que estava cansado dessa ração americana e queria fazer uma sopa. Deu um tiro de fuzil numa galinha e fez a sopa. O italiano dono da galinha foi no quartel dos americanos e deu queixa. Eles vieram aqui e levaram o Chico. Tentei discutir com eles, mas não adiantou. Disseram que é crime e está previsto nos regulamentos.

- Mas também está nos regulamentos que quem julga nossos soldados somos nós mesmos. Você não disse isso a eles?

-Sim, disse, mas não quiseram ouvir. Eu não sabia o que fazer, eram muitos. Achei melhor esperar o Sr. chegar.

-Você, Arlindo, que fala inglês, venha comigo. Chame o Gaúcho, e pegue o jipe.

-Vamos só nós?

-Não é preciso mais ninguém.

- Vamos desarmados?

-Não, armamento completo.

No trajeto, Ithamar, também paraibano, ia pensando no seu subordinado e conterrâneo. Chico era um cidadão muito popular na tropa. Sem muita instrução, era, contudo um ás na musica nordestina, cantor, tocador de sanfona, dançarino, contador de causos e piadas. Seu sotaque carregado ajudava. Desinibido e folgazão. Sei que conhecem o tipo. Faz sucesso também em política. Chico era, além disso, bom soldado. Fazia-se respeitar no momento do combate.

-Arlindo, por que você não impediu o Chico de fazer essa besteira? Perguntou Ithamar.

-Quando vi, já tinha feito. Disse a ele que ia ter problema, mas ele disse que estávamos numa guerra de matar homens, e que problema ia ter matar uma galinha?

-Bem próprio da simplicidade do Chico, pensou Ithamar, quando já estavam chegando no quartel americano.

- Arlindo, quero que você traduza exatamente o que eu disser, seja lá o que for. Entendido?

- Entendido, meu tenente.

O sentinela americano relutou em levar até o oficial de dia aquele tenente com o fardamento sujo e seus dois acompanhantes, mas não podia fazer diferente.

Foram recebidos por um capitão americano com quase dois metros de altura, bem fardado, saudável, acompanhado de quatro outros yanques, que os olhou com certo enfado.

- Diga a ele que lamento aqui comparecer sem estar devidamente fardado, mas que acabo de chegar de missão recebida do comando conjunto e não tive tempo de me trocar. Arlindo traduziu, e o capitão mudou um pouco sua postura, ao notar o olhar cansado do tenente.

- Ele pergunta em que pode ajudar, meu tenente.

- Venho buscar um soldado meu comandado, indevidamente preso pela Policia do Exercito americana, que segundo ela, cometeu transgressão disciplinar, e a parte correspondente, para que possamos julgá-lo e puni-lo, se for o caso, em corte brasileira, como manda o regulamento.

- Ele diz que o soldado preso já tem processo em andamento, e pode ser julgado pelos americanos, pois o chefe do comando conjunto é americano. Assim, não pode entregá-lo. -traduziu Arlindo a resposta.

- Diga a ele que não sairemos daqui sem meu soldado, pois não aceito a interpretação dele e sou inteiramente responsável por cada um dos meus.

O americano ouviu, esboçou um sorriso, olhou para os outros americanos e perguntou, logo traduzido por Arlindo:

- Só vocês três? E como vocês pensam em levá-lo?

- Arlindo, traduza exatamente, repetiu Ithamar: Eu não disse que iremos levá-lo. Disse que não sairemos daqui sem ele. Isso significa que, se preciso for, combateremos para levá-lo, embora sejamos minoria e provavelmente morramos aqui.

- O americano ouvia com espanto crescente a tradução. Já se preparava para o pior, quando olhou bem no fundo dos olhos do atarracado tenente brasileiro. O que viu lá não foi do seu agrado. Também não foi o que não viu. Não viu medo. Não viu raiva nem hesitação. Viu uma calma

determinação que não deixava margem a dúvidas. Viu que a afirmação que ouvira com espanto era a pura expressão da verdade. Prova é que o tenente estava aferrado à sua Thompson, e por certo faria um estrago antes de morrer, se um tiroteio começasse ali. E ele estava diretamente na frente, enquadrado na linha de tiro. Ou então – quem sabe? – sentiu admiração por aquele tenente exausto, que como ele, lutava longe de casa pela liberdade, e não abandonava um dos seus nas mãos de estrangeiros, ainda que aliados.

O silêncio era gritante. Dizia muitas coisas. Mas não durou muito, embora parecesse não acabar mais. Um minuto? Menos.

O americano virou-se para um subordinado: - Busque aquele caipira e entregue a eles!

Ninguém falou mais nada. Nem quando Chico Ceará, risonho, sem saber da tragédia que quase tinha provocado, entrou na sala.

Ithamar fez a continência de praxe, voltou-se e saiu, com seus soldados e um Chico já tagarelado de alegria. Ouviu o americano falar algo para seus companheiros. Mas nem perguntou a Arlindo o que era. Já não interessava mais. Se tivesse pedido a tradução, seria: “Esses brasileiros são loucos. Morreram às dúzias para tomar o Monte Castelo. Verdadeiros suicidas.”

(Essa crônica é uma homenagem ao Tenente Ithamar Viana da Silva, que recebeu várias condecorações por bravura na Itália. Na volta da guerra, fez o curso de engenharia no IME-Instituto Militar de Engenharia. Reformou-se como coronel, casou-se com uma goiana e aqui constituiu família. Foi professor universitário em Brasília e ocupou, com dedicação e honestidade exemplares, vários cargos públicos em Goiás. Faleceu em 1999).

10/JULHO/2009

Irapuan Costa Junior

Ciclo de Palestras sobre Sampaio

Às 1400 h do dia 19 de maio, 4ª feira, no novo Auditório do CMS/QGI, terá lugar o Ciclo de palestras sobre o Patrono da Infantaria. O evento será aberto pelo Gen Mourão, Cmt da 6ª DE. Seguir-se-ão Texto de Abertura, palestras do Cel Lemos e Cel Bento e apresentação dos tipos de Infantaria do EB. Planejamento e organização do CMS, juntamente com a AHIMTB/IHTRGS.

Em seguida, no Salão Nobre, 5º piso, será oferecido um coquetel e será lançado, com autógrafos, o livro do Cel Bento **Brigadeiro Sampaio – o Patrono da Infantaria**.

Traje: esporte fino (gravata).

Os eventos fazem parte das comemorações do Bicentenário de Sampaio.

Não deixe de comparecer.

- Todos somos infantes, não interessa a arma de origem –

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Vice-presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara
lecaminha@gmail.com